CNI INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Ano 1 • Número 1 • agosto de 2008 • www.cni.org.br

nesta edição

2 Avanços e impasses nas negociações multilaterais de comércio

8 Conjuntura: tendência de queda do superávit comercial deverá permanecer

12 As prioridades da presidência *pro-tempore* brasileira no Mercosul

OMC: avanços e impasses

Divergências entre Estados Unidos e Índia quanto a um mecanismo de salvaguardas especiais para importações de produtos agrícolas em países em desenvolvimento levaram ao colapso da reunião de mais de 30 ministros de comércio em torno de um acordo multilateral na Rodada Doha. Outros temas, como redução de subsídios agrícolas, acordos setoriais para produtos industriais, flexibilidades para produtos sensíveis, também foram alvo de debates e insatisfação por parte de alguns dos países reunidos em Genebra entre 21 e 29 de julho.

Muitos acreditam que haverá um enfraquecimento do sistema multilateral de comércio e uma retomada dos acordos bilaterais, que proliferaram na última década. Em meio a esses debates, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, e alguns dos principais atores nessas negociações (Estados Unidos, Japão, Austrália e Brasil) movimentam-se para salvar a Rodada e tentar um acordo nos próximos meses.

O governo brasileiro e o setor empresarial empenharam-se para viabilizar a conclusão da Rodada Doha, principal prioridade na atual política comercial brasileira. Produziu-se no Brasil um razoável grau de consenso interno em torno dos compromissos de liberalização que estavam resumidos no chamado "pacote Lamy". Além dos ganhos com a liberalização do comércio agrícola, evitar o enfraquecimento da OMC é uma das motivações do Brasil para salvar a Rodada.

Presidência *pro-tempore* brasileira no Mercosul

Em reunião no Parlamento do Mercosul, em agosto, o Ministro Celso Amorim enfatizou que a entrada da Venezuela no bloco é uma das prioridades brasileiras na presidência *pro-tempore*.

Outros temas relevantes, como a redação do Código Aduaneiro do Mercosul (CAM) figuram entre as prioridades do Brasil no Mercosul. Na agenda de negociações internacionais, pretende-se trabalhar o consenso para a Rodada Doha da OMC e continuar os trabalhos na ampla agenda de acordos bilaterais e biregionais.

CNI organiza delegação Brasileira para o III Encontro Empresarial IBAS

O III Encontro Empresarial IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) terá lugar em Nova Delhi, Índia, entre os dias 13 e 15 de outubro deste ano. Estão previstos para o encontro uma série de painéis de discussões setoriais, eventos com autoridades e rodadas de negócio entre empresas. Pág. 12

...

Brasil-Argentina: pagamento em moeda local

Entrou em vigência o Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML) entre o Brasil e a Argentina.

A utilização do Sistema é facultativo no comércio bilateral. Os pagamentos serão feitos por intermédio de instituições autorizadas. Pág. 11

Avanços e impasses nas negociações multilaterais de comércio

Reunidos em Genebra de 21 a 29 de julho último, ministros de comércio de mais de 30 países-membros da OMC estiveram próximos de obter consenso em torno de um pacote de compromissos de liberalização comercial, apresentado pelo diretor-geral da organização, Pascal Lamy. O futuro da Rodada Doha é incerto: diante do fracasso da mais recente tentativa de obter consenso em torno de modalidades de liberalização comercial para produtos agrícolas e industriais, aumentam as dúvidas sobre a possibilidade de se chegar a um acordo de liberalização na Organização Mundial do Comércio (OMC) nos próximos anos.

O equilíbrio de esforços de abertura comercial sobre produtos agrícolas e industriais é a chave para que a Rodada possa ser concluída. Esse equilíbrio é necessário não apenas entre as duas principais áreas de negociação, mas também no interior de cada uma delas.

Divergências entre EUA e Índia foram responsáveis pela suspensão da reunião de Ministros

O POMO DA DISCÓRDIA EM GENEBRA

Divergências entre Estados Unidos e Índia em torno do mecanismo de salvaguardas especiais para produtos agrícolas foram responsáveis pela suspensão da reunião de ministros, que se realizava em Genebra nos últimos dias de julho. Em 2004, os membros da OMC aceitaram incorporar na agenda de negociações a implementação de um mecanismo de salvaguardas de modo a proteger os agricultores de países pobres de um crescimento acelerado de importações.

O mecanismo previsto permite a elevação automática de tarifas, acima do nível consolidado na Rodada Uruguai, em casos de surto de importações. Ou seja, acima do nível máximo de tarifas permitido pela OMC, após a Rodada Uruguai. As divergências centraram-se nas definições da taxa de crescimento das importações que detonaria a aplicação do mecanismo (o gatilho) e do percentual de aumento das tarifas de importação.

A proposta que estava sobre a mesa quando as negociações foram suspensas (o "pacote Lamy") previa que os países em desenvolvimento poderiam aumentar suas tarifas acima do nível consolidado, apenas quando as importações crescessem 40% ou mais acima das importações dos últimos três anos. Esse crescimento acionaria o gatilho que permitiria a elevação de tarifas consolidadas em até 15% além da tarifa consolidada ou 15 pontos percentuais, o que for maior.

IMPASSE Os representantes norte-americanos afirmavam que 40% de aumento de importações era a menor taxa que poderiam aceitar (uma vez que sua posição inicial era de 60%). Por sua vez, os indianos, em nome do G-33 (Grupo de países em desenvolvimento importadores de produtos agrícolas), insistiam que esse percentual fosse de 10% e que o limite para elevação de tarifas deveria ser de 30% acima da tarifa consolidada.

Após algum esforço negociador, a Índia aceitou que o gatilho fosse aumentado para 15%, mas as negociações não evoluíram a partir desse ponto. Como as posições ainda mantinham-se substancialmente distantes e o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tinha o objetivo de preservar os consensos obtidos em outros temas da agenda, decidiu-se pela suspensão das negociações.

O "Pacote Lamy" e o setor industrial brasileiro

O Brasil foi o primeiro país a aderir ao "pacote Lamy". Essa adesão contava com o apoio da maioria dos diferentes grupos de interesse no Brasil, refletindo a percepção de que, embora longe do ideal, o pacote traduzia um equilíbrio entre ganhos em termos de acesso a mercados para produtos agrícolas e concessões quanto à redução da proteção para produtos industriais.

Além de uma avaliação de ganhos e concessões, a postura brasileira, tanto dos negociadores oficiais como dos

Principais pontos do "pacote Lamy"

BENS AGRÍCOLAS

Total dos subsídios distorcivos ao comércio (OTDS)

I. Estados Unidos: US$ 14,4 bilhões (corte de 80% em relação ao consolidado na Rodada Uruguai);
II. União Européia: US$ 22 bilhões (corte de 70%).

Acesso a mercados

I. Redução de 70% para as tarifas mais elevadas (acima de 75%) cobradas pelos países desenvolvidos (PDs);
II. Para os produtos não-sensíveis, os PDs teriam que consolidar uma tarifa máxima de 100%, podendo exceder esse teto para 1% das linhas tarifárias em compensação por aumentos maiores do que o esperado nas quotas-tarifárias para produtos sensíveis;
III. Produtos sensíveis
   1. PDs teriam direito a 4% de linhas tarifárias como produtos sensíveis e mais 2% como compensação por liberalização adicional;
   2. Expansão de quotas-tarifárias para produtos sensíveis de PDs para o equivalente a 4% do consumo doméstico.
IV. Produtos especiais:

Países em desenvolvimento (PEDs) poderiam designar até 12% das linhas tarifárias como "produtos especiais". Neste grupo de produtos, 5% das linhas tarifárias poderiam ficar isentas de redução tarifária.

O conjunto dos produtos especiais deveria sofrer um corte tarifário médio de 11%.

Para os países de acessão à OMC (RAMs), o número de produtos especiais seria 13% com um corte médio de 10%.

Salvaguardas especiais para PEDs

I. Gatilho para aplicação automática de salvaguardas: crescimento de importações de 40% sobre o valor dos três últimos anos;
II. Aumento de tarifas de 15% da tarifa consolidada atual ou de 15 pontos percentuais, o que for maior;
III. Limite de 2,5% das linhas tarifárias que poderiam perfurar os níveis atualmente consolidados em um determinado ano.

Salvaguardas para PDs;

I. Eliminação de salvaguardas especiais para agricultura (SSG), começando com um máximo de 1% de linhas tarifárias até a completa eliminação em 7 anos;
II. Não seria permitida a perfuração da tarifa consolidada durante esse período.

BENS INDUSTRIAIS (NAMA)

Coeficiente para aplicação da Fórmula Suíça de redução tarifária para PDs: 8

Coeficientes da Fórmula Suíça e flexibilidades para PEDs:

Coeficientes de redução tarifária PEDs poderiam escolher um entre três coeficientes abaixo para aplicação na Fórmula Suíça de redução tarifária:	Flexibilidades De acordo com o coeficiente escolhido para redução tarifária, será adotado o tratamento abaixo aos produtos sensíveis:
$t_{Final} = \frac{\alpha \times t_{Consolidada}}{\alpha + t_{Consolidada}}$ $\alpha = X = 20$	Corte menor para 14% das linhas tarifárias desde que não ultrapassem 16% do valor total das importações de produtos não-agrícolas do país; Ou exclusão de 6,5% dos produtos, desde que o valor de importação desses produtos não ultrapasse 7,5% das importações totais.
$\alpha = Y = 22$	Corte menor para 10% de produtos, desde que não ultrapasse 10% em valor de importações; Ou exclusão 5 % dos produtos, desde que não ultrapasse 5% do valor total de importação.
$\alpha = Z = 25$	Z = Sem direito de flexibilidades.

Cláusula anticoncentração: os PEDs deverão aplicar redução integral da Fórmula Suíça para pelo menos 20% das linhas tarifárias ou 9% do valor de importações de cada capítulo do Sistema Harmonizado.

Acordos setoriais: reconhecimento do caráter voluntário dos acordos setoriais e compromisso de participar nas negociações de pelo menos dois acordos setoriais. Qualquer PED que participe de acordos setoriais terá direito a aumentar o coeficiente da fórmula suíça aplicável a seus produtos não-agrícolas de forma proporcional ao seu nível de participação nestes acordos.

representantes do setor privado, parecia revelar a preocupação em salvar a Rodada Doha e evitar o enfraquecimento do sistema multilateral de comércio. Para o setor industrial brasileiro, os compromissos propostos no "pacote Lamy" não representariam um impacto significativo de abertura comercial em termos de tarifa média, mas teriam efeitos relevantes sobre uma ampla gama de produtos quanto a redução da proteção.

REDUÇÃO DE TARIFAS O impacto sobre a tarifa brasileira dos produtos industriais das três opções de coeficientes para a Fórmula Suíça apresentadas por Lamy pode ser observado na Tabela 1. Nota-se que para o Brasil a aplicação dos três coeficientes produz resultados muito parecidos em termos de redução de tarifas. Conforme a lógica do mecanismo negociado, quanto menor o coeficiente escolhido, maior será a redução nas tarifas e maior será o número de produtos que os países poderão classificar como sensíveis.

Desconsiderando os produtos sensíveis, que sofrerão metade do corte tarifário determinado pela aplicação da Fórmula Suíça, a tarifa consolidada máxima brasileira passaria a ser de 12,73% no caso da opção pelo coeficiente 20 e de 14,58% com o coeficiente 25. Atualmente a tarifa máxima consolidada pelo Brasil em bens industriais é de 35%, enquanto a média das tarifas consolidadas é de 31%. Já a tarifa média aplicada passaria a 11,74% no primeiro caso e para 13,34% no segundo caso.

Para o Brasil a aplicação dos três coeficientes produz resultados muito parecidos em termos de redução de tarifas

Tabela 1

COEFICIENTES DA FÓRMULA SUÍÇA PROPOSTOS POR LAMY

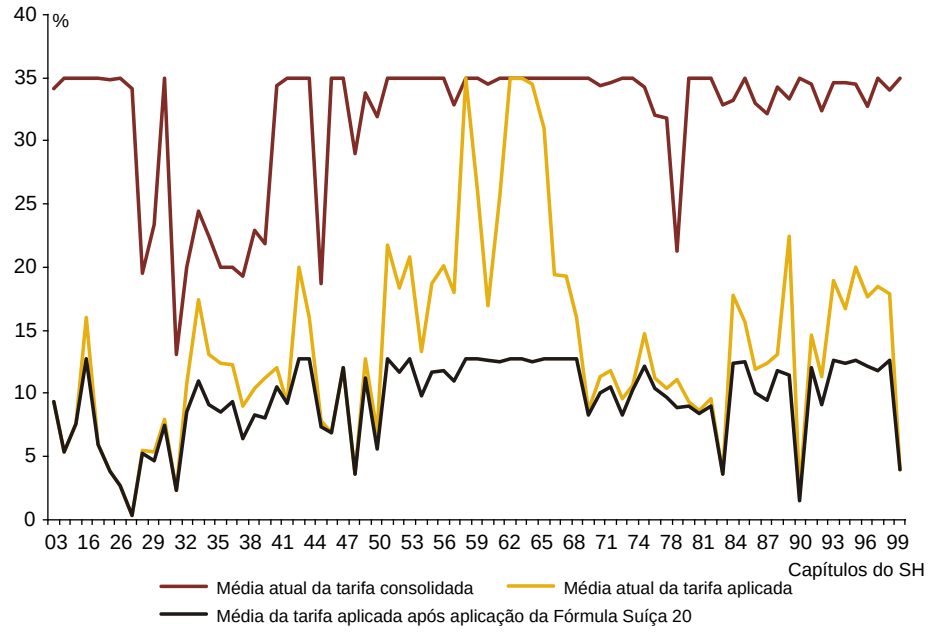
		Coeficiente da fórmula Suíça		
	TEC	20	22	25
Tarifa Média	10.77	11.74	12.41	13.34
Tarifa Máxima	35.00	12.73	13.51	14.58
Média de redução tarifária (%)		59.09	56.81	53.71
Nº. de produtos com tarifas perfuradas		**4,953**	**4,953**	**3,441**

Fonte: Elaborado pela Negint/CNI com base nas informações do MDIC (SH 2002, Dez. 2006).
Total de itens: 8.849

Gráfico 1

TARIFAS DE IMPORTAÇÃO NO BRASIL

ANTES E DEPOIS DA APLICAÇÃO DA FÓRMULA SUÍÇA 20



Nota: 1-TEC, posição: julho/2008 (SH 2002); Tarifas atualizadas considerando BIT, BK, Exceções

Para o setor industrial a proposta Lamy teria efeitos relevantes sobre uma ampla gama de produtos

Isso significa que, em qualquer das opções, a tarifa média consolidada pelo País na OMC ainda seria mais elevada que a tarifa média aplicada atualmente pelo Brasil, que é de 10,77%. Mas há diversos produtos que sofreriam redução expressiva de tarifas, uma vez que o teto máximo seria reduzido em mais de 20 pontos percentuais. O prazo para implementação da redução tarifária pelos países em desenvolvimento seria de 10 anos a partir da conclusão da Rodada.

Observa-se, pelo gráfico 1, que a aplicação do coeficiente 20, provavelmente o que seria escolhido pelo Brasil, daria maior uniformidade à estrutura tarifária brasileira, que é justamente o que se procura com a aplicação da Fórmula Suíça. Para diversos produtos, a nova tarifa consolidada continuaria superior à tarifa efetivamente aplicada pelo Brasil, mas para 4.953 produtos, ou 56% do total de linhas tarifárias, haveria redução na tarifa aplicada.

FLEXIBILIDADES PARA PRODUTOS SENSÍVEIS Caso o Brasil optasse pelo coeficiente 20, teria direito a incluir 1.238 produtos na lista de sensíveis que sofreriam um corte de metade daquele determinado pela aplicação da Fórmula. O valor das importações dos produtos que forem incluídos nessa lista não poderá ultrapassar 16% das importações totais do país. Isso significa que, considerando os produtos sensíveis, a tarifa máxima para produtos industriais no Brasil cairia dos atuais 35% para 23,86% ao invés dos 12,73% resultantes da aplicação integral do corte da Fórmula.

Considerando os produtos sensíveis, a tarifa máxima para bens industriais no Brasil cairia dos atuais 35% para 23,86%

Para evitar que os países em desenvolvimento incluam todos os produtos de um determinado setor na lista de sensíveis, o "pacote Lamy" propõe que pelo menos 20% das linhas tarifárias ou 9% do valor de importações de um determinado capítulo devam estar sujeitos ao corte integral determinado pela aplicação da Fórmula Suíça. Os negociadores europeus, mais interessados nessa cláusula anticoncentração, demandavam percentuais significativamente mais elevados do que os incorporados ao documento. Esse foi um dos itens que concentraram a atenção dos negociadores nos últimos meses.

RISCO DE ACORDOS SETORIAIS Outro tema de grande sensibilidade para o Brasil são os acordos setoriais para redução e/ou eliminação de tarifas de produtos industriais, umas das principais demandas dos EUA na Rodada. Diante da resistência de diversos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, acordou-se em adotar o caráter voluntário para a adesão a esses acordos.

O documento Lamy reconhece o caráter voluntário da participação nos acordos, mas inclui a obrigação de participação na negociação de pelo menos dois acordos setoriais. Ou seja, de acordo com essa proposta, um país poderia participar na negociação sem o compromisso de assinar o acordo. Esta alternativa pode tornar-se arriscada, uma vez que um país com participação relevante no comércio de determinado setor tenderia a ser pressionado a assinar o acordo setorial ao final das negociações em que estiver participando.

Os empresários norte-americanos vêem nos acordos setoriais a oportunidade para obter acesso efetivo aos mercados dos PEDs, com a eliminação completa ou redução significativa de tarifas de importação em setores de interesse exportador. A maioria dos PEDs não tem interesse em acordos setoriais para produtos industriais. O Brasil poderia ter interesse em um acordo para o setor de etanol, por exemplo. Mas este produto é considerado agrícola nas negociações da OMC e não faz parte dos produtos negociados em NAMA, onde os acordos setoriais estão em discussão.

Índia e Argentina: traição do Brasil?

A manifestação de aceitação pelo Brasil do conteúdo do "pacote Lamy" alimentou o debate na imprensa sobre a traição que teria significado a atitude brasileira nas negociações em Genebra aos compromissos com o G-20 e com o Mercosul. O Brasil teria se posicionado antes de consultar os parceiros, particularmente a Índia e a Argentina.

A Rodada Doha é a principal prioridade de política comercial do Brasil. Diante de uma situação que poderia levar ao fracasso definitivo das negociações, os negociadores brasileiros optaram por aceitar um pacote, que, posteriormente, seria submetido à avaliação dos demais membros da OMC.

De acordo com algumas interpretações, a aceitação pelo Brasil dos parâmetros do "pacote Lamy" para o mecanismo de salvaguardas especiais para produtos agrícolas teria sido uma trai-

ção à Índia. Entretanto, o G-20 não chegou a formular posição de consenso sobre esse tema e, portanto, não havia compromisso entre os seus membros em relação ao mecanismo.

Já com relação à Argentina, a questão é mais complexa. Ao longo dos últimos anos, esse país vem mostrando crescente desinteresse em relação às negociações multilaterais. A posição argentina sustenta-se na percepção doméstica de que há poucos ganhos para o país na agenda da Rodada. A prioridade argentina é a recuperação e o fortalecimento de sua indústria doméstica.

De outro lado, o elevado patamar em que se encontram os preços dos produtos agrícolas exportados pelo país e a política de retenções tributárias sobre as exportações desses produtos tornam a negociação de novo acesso a mercados para produtos agrícolas pouco atraente para a Argentina. Assim, um pacote de compromissos que exija esforços de redução da proteção para produtos industriais é recebido com resistências pelo governo argentino.

Não havia compromisso entre os membros do G-20 sobre o mecanismo de salvaguardas especiais

EMPENHO NA NEGOCIAÇÃO INTRA-MERCOSUL Ao longo de 2008, os representantes brasileiros empenharam-se em negociar um aumento no número de produtos que poderiam integrar a lista de sensíveis, demandando tratamento especial para o Mercosul, como união aduaneira. A proposta brasileira, que chegou a ser incorporada a um dos documentos preliminares do presidente do Grupo de NAMA, consistia na apresentação de uma lista única de produtos sensíveis para o bloco, sendo que o comércio intrabloco seria excluído do cálculo que define os limites permitidos dessa lista em termos de valor.

O objetivo era, em parte, acomodar um número maior de produtos de interesse da Argentina na lista de produtos sensíveis. Tendo em vista a concentração das importações argentinas em determinados produtos que poderiam compor a lista de sensíveis, os percentuais de valor máximo de importações que estavam em discussão representavam um teto muito reduzido para acomodar os produtos sensíveis do país.

Diante das dificuldades em obter consenso em torno dessa proposta, os negociadores brasileiros passaram a trabalhar para que os quatro países do Mercosul pudessem apresentar uma lista comum e usar o volume de importações do Brasil como referência para o cálculo do limite de produtos sensíveis. Essa última proposta brasileira foi acolhida pelo presidente do Grupo de NAMA no documento divulgado em 10 de julho – a última versão antes da reunião miniministerial de Genebra.

A avaliação de que o "pacote Lamy" expressava um razoável equilíbrio de concessões e de que era importante aproveitar a janela de oportunidade para salvar a Rodada Doha levou o governo brasileiro a apoiar o documento. Seria difícil esperar do Brasil atitude diferente, em particular após os esforços realizados pelos negociadores brasileiros para acomodar as demandas dos demais sócios.

Perspectivas para a Rodada

Logo após anúncio do colapso da reunião miniministerial e da usual troca de acusações que tem caracterizado os períodos que se seguem às diversas reuniões já fracassadas, vários dos principais atores apressaram-se em manifestar o interesse em que o progresso alcançado naqueles dias em Genebra fosse preservado. Para isso, seria necessário retomar as negociações o mais rápido possível.

Nas semanas que se seguiram registrou-se intensa atividade do diretor-geral da OMC e de alguns líderes, incluindo negociadores dos Estados Unidos, Brasil e Austrália. Altos funcionários voltaram a se reunir em Genebra em meados de setembro, mas não houve progresso substantivo nas conversações.

RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES A pressa na retomada era inspirada pela constatação de que seria fundamental avançar rapidamente em um acordo de modalidades que constitua uma boa base para que o acordo final seja concluído no início do próximo ano. Caso contrário, seria necessário esperar dois ou três anos até que seja possível retomar as negociações.

Eleições nos Estados Unidos este ano, na Índia no próximo ano e a mudança de comando na Comissão Européia em 2009 dificultarão qualquer progresso relevante nos próximos dois anos. Estes são atores-chave nessa negociação e provavelmente não terão condições ou interesse em voltar à mesa de negociações até 2010.

Nesse período, a agenda da Rodada Doha, que para muitos já está ultrapassada, dificilmente poderá ser mantida intacta. O mandato negociador determinado em 2001 refletia uma realidade do comércio internacional muito diferente daquela que deverá prevalecer no início da próxima década. A eventual inclusão de outros temas na agenda tenderá a aumentar ainda mais o grau de complexidade das negociações.

A incerteza quanto ao futuro da Rodada constitui-se na principal motivação para concentrar os esforços no curto prazo. Entretanto, não será fácil superar as divergências responsáveis pelo colapso em julho. Não há mudanças no ambiente que autorizem uma expectativa otimista.

Brasil: revisão das estratégias

As pressões protecionistas só tendem a se agravar com o fracasso dos entendimentos na OMC. A desaceleração da economia mundial e a preocupação com questões de segurança alimentar suscitadas pela elevação dos preços internacionais dos alimentos devem fomentar iniciativas protecionistas em um ambiente de enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio.

Uma das tendências protecionistas que já se manifestam no comércio internacional é a introdução de normas e regulamentos técnicos e sanitários relativos a produtos e processos produtivos. Essas tendências aparecem vinculadas ao comércio de produtos agrícolas e agroindustriais, mas também de produtos industriais, particularmente relacionados a questões ambientais. Essas medidas têm impactos relevantes sobre os interesses comerciais brasileiros e o Brasil deve buscar tratá-las em todos os âmbitos de negociação possíveis.

A maioria dos analistas brasileiros defende que o Brasil deve buscar a liberalização do comércio pela via dos acordos bilaterais. Todavia, a experiência recente mostra que o Brasil tem dificuldades em fazer progressos relevantes nessa direção. Para atrair o interesse de países com mercados de dimensão relevante, será necessário ajustar as posições em relação a vários temas da agenda negociadora.

Será necessário reajustar posições em vários temas da agenda negociadora

PRESSÃO INTERNACIONAL A liderança exercida pelo Brasil e as sucessivas melhorias na oferta brasileira nas negociações de bens industriais na OMC mostraram que houve um amadurecimento do Brasil, que a partir de agora será chamado a adotar posições compatíveis com um país grande.

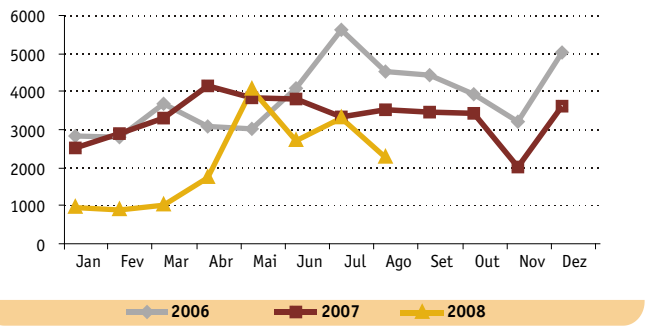
O cenário atual requer do Brasil um esforço de análise e revisão de suas estratégias. Salvar a Rodada Doha continua sendo desejável, mas é hora de reconhecer que as chances são reduzidas, ao menos pelos próximos dois ou três anos. Portanto, é hora de debater a agenda pós-Doha. •

Saldo Comercial

A balança comercial registrou em agosto superávit de US$ 2,269 bilhões – valor muito inferior ao observado no mesmo mês de 2007, de US$ 3,5 bilhões. Ao longo do ano corrente, os saldos da balança comercial foram inferiores aos do ano passado em todos os meses, com a exceção de maio. O superávit acumulado em 12 meses terminados em agosto é de US$ 29,5 bilhões, resultado 33% inferior ao observado no mesmo período de 2007.

As previsões divulgadas pelo Banco Central indicam que a tendência de queda do superávit comercial deverá permanecer, devendo chegar a cerca de US$ 23 bilhões no acumulado de 2008.

SALDO COMERCIAL
VALORES MENSAIS- US$ FOB



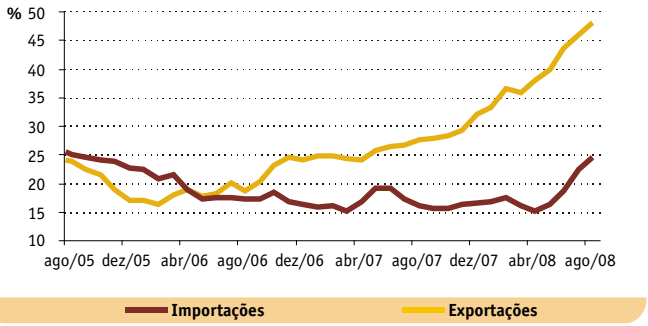
Fonte: Funcex

Exportações e Importações

A redução do superávit comercial se dá em um contexto de manutenção de taxas de crescimento expressivas para as exportações, mas que têm sido largamente superadas pelo crescimento das importações. As exportações acumularam o valor de US$ 189 bilhões nos 12 meses terminados em agosto último, o que representa uma taxa de crescimento de 24,5 % em relação ao observado em igual período de 2007. As importações somaram US$ 17,5 bilhões em agosto, tendo acumulado US$ 159,6 bilhões em 12 meses, o que representa um aumento de 48% em relação a 2007.

Após a divulgação dos resultados de agosto, o governo estuda uma revisão da meta de exportações que poderá aumentar para US$ 200 bilhões para 2008.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
TAXA DE CRESCIMENTO DO ACUMULADO EM 12 MESES
COM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



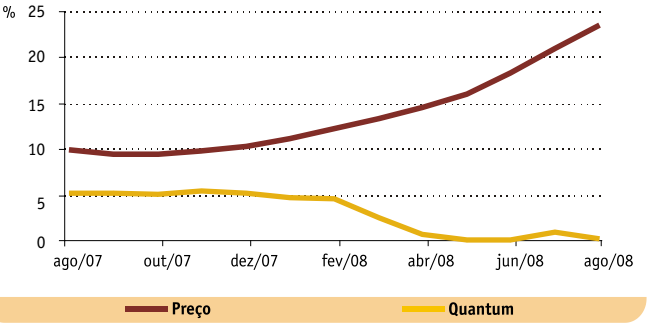
Fonte: Funcex

Preços e Volume das Exportações

A desaceleração da economia mundial começa a afetar as exportações brasileiras. O crescimento das exportações vem sendo sustentado, fundamentalmente, pela tendência favorável dos preços no mercado internacional. O índice de preços das exportações, elaborado pela FUNCEX, aponta para um crescimento de 38,6% no acumulado em 12 meses de agosto de 2007 e o mesmo mês de 2008. Já o índice de quantum, que mede a evolução dos volumes exportados, registrou expansão de 4,5% no mesmo período.

O crescimento das quantidades totais vendidas foi possível graças à diversificação das exportações brasileiras em termos de países de destino.

PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
TAXA DE CRESCIMENTO DO ACUMULADO EM 12 MESES
COM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR



Fonte: Funcex

Exportações brasileiras por blocos de destino

Principal país de destino para as vendas externas, os Estados Unidos vêm perdendo participação na pauta de exportações brasileiras. Essa participação caiu de 16% no período de janeiro a julho de 2008, para 14% em igual período de 2007. A perda de participação norte-americana tem sido substituída pelo expressivo crescimento das vendas para o mercado asiático, que cresceram 49,8%, em termos de média diária no período de janeiro a julho de 2008.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
Principais blocos econômicos - US$ milhões FOB

Blocos	janeiro - julho		Var. (%) 2008/07 p/média diária	Part %	
	2008	2007		2008	2007
União Européia	27,036	21,480	25.9	24	25
Aladi	24,279	19,544	24.2	22	22
- Mercosul	12,668	9,208	37.6	11	11
- Argentina	10,353	7,625	35.8	9	9
- Demais Aladi	11,611	10,336	12.3	11	12
Ásia	20,799	13,885	49.8	19	16
- China	9,948	6,064	64.1	9	7
EUA[1]	15,987	14,134	13.1	14	16
África	5,360	4,806	11.5	5	6
Oriente Médio	4,236	3,654	15.9	4	4
Europa Oriental	3,335	2,268	47.0	3	3
Demais	10,064	7,562	33.1	9	9
Total	**111,096**	**87,333**	**27.2**	**100**	**100**

Fonte: MDIC/Secex - Janeiro-julho/2008: 146 dias úteis; janeiro-julho/2007: 146 dias úteis - (1) Inclui Porto Rico

Exportações e importações por grupos de produtos

As exportações vêm apresentando taxas de crescimento em todos os grupos de produtos, embora a magnitude da expansão varie muito entre os diferentes grupos. Enquanto o valor das vendas de produtos básicos apresenta crescimento de 47,9% no acumulado de janeiro a julho de 2008 comparado a igual período do ano anterior, as vendas de manufaturados cresceram 13,8%.

Expressivas taxas de crescimento das importações têm sido observadas em todas as categorias de uso dos produtos.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
Fator agregado

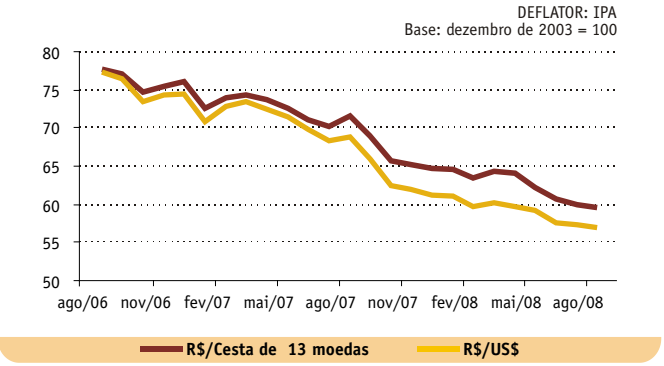
Discriminação	janeiro - julho / 2008		janeiro - julho / 2007		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	A/B
Exportações	**111,096**	**100.0**	**87,333**	**100.0**	**27.2**
Básicos	40,322	36.3	27,256	31.2	47.9
Industrializados	67,821	61.0	58,341	66.8	16.2
Semimanufaturados	15,165	13.7	12,090	13.8	25.4
Manufaturados	52,656	47.4	46,251	53.0	13.8
Operações especiais	2,953	2.7	1,736	2.0	70.1
Importações	**96,458**	**100.0**	**63,413**	**100.0**	**52.1**
Mat. prima e prod. interm.	46,603	48.3	31,785	50.1	46.6
Comb. e lubrificantes	17,972	18.6	10,091	15.9	78.1
Bens de capital	19,829	20.6	13,237	20.9	49.8
Bens de consumo	12,054	12.5	8,300	13.1	45.2
Não-duráveis	5,264	5.5	4,224	6.7	24.6
Duráveis	6,790	7.0	4,076	6.4	66.6

* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

Taxa de câmbio real

Os indicadores de taxa de câmbio real continuaram apresentando tendência de apreciação até julho último. Essa tendência é mais aguda na relação entre o real e o dólar norte-americano. Quando se toma o indicador de taxa de câmbio efetiva, que considera as paridades da moeda brasileira em relação às moedas de 13 países, a apreciação em termos reais é ligeiramente menor. De todo modo, os dois indicadores apresentaram valorização de 7% no primeiro caso e de 6,6% no segundo. A tendência à valorização cambial começa a mostrar reversão a partir de fins de agosto, e está relacionada ao crescimento do déficit em transações correntes do país.

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL
CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: Funcex

mercosul

Adesão da Venezuela e Código Aduaneiro são prioridades da presidência *pro-tempore* brasileira no MERCOSUL

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi tema de muito debate, no segundo semestre de 2007. O Projeto de Decreto Legislativo 387/07 que incorpora o Protocolo ainda não foi apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no Brasil. Após declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e de diversos parlamentares brasileiros sobre sua tramitação no Congresso, em novembro passado, o tema tornou-se sensível no MERCOSUL.

Plano de trabalho da presidência *pro-tempore* também inclui agenda ampla de negociações comerciais

Em reunião realizada no dia 18 de agosto, no Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, enfatizou esse tema como umas das prioridades da presidência *pro-tempore* brasileira do MERCOSUL. "Um ingresso definitivo da Venezuela dará vértebra à integração sul-americana", disse o ministro.

O diálogo no âmbito da América Latina e do Caribe também está entre as prioridades do Brasil. As primeiras aproximações com o Sistema Econômico de Integração Centro-Americano (SICA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), a assinatura recente do Tratado Constitutivo da UNASUL e a organização de uma cúpula inédita – a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração

Prioridades da presidência *pro-tempore* do Brasil

Eliminação da dupla cobrança da TEC	Considerado como passo fundamental para a consolidação da união aduaneira, o Brasil está empenhado em que esse tema apresente resultados concretos ainda em 2008. O objetivo é de concluir a redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM) neste ano, pelo menos em seus termos técnicos. Temas como zonas francas, áreas aduaneiras especiais e direitos de exportação devem ser tratados no âmbito político.
Distribuição da renda aduaneira	Simulações vêm sendo realizadas sobre as arrecadações aduaneiras de cada país, com o objetivo de avaliar o real alcance do compromisso de distribuição da renda aduaneira, segundo os critérios em estudo. O sistema de monitoramento da distribuição também deve ser definido.
Assimetrias	O tratamento das assimetrias por intermédio do FOCEM é uma prioridade brasileira no MERCOSUL. Até o final de 2008, as contribuições dos países deverão alcançar US$ 225 milhões. O sistema de garantia a ser operacionalizado na esfera do Fundo de Apoio às PMEs deve ter o seu desenho concluído até o fim de 2008.
Pagamentos em moedas locais	Esse sistema funcionará entre Brasil e Argentina a partir de setembro. Espera-se que os demais países possam juntar-se ao esquema em breve.
Adesão da Venezuela	O governo brasileiro na presidência do bloco deve dar prioridade à conclusão da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Como se sabe, a aprovação do Protocolo está pendente da aprovação parlamentar no Brasil e no Paraguai.
Secretaria	O Brasil apoiará o fortalecimento da Secretaria do MERCOSUL e a implementação da Decisão 07/2007 que trata da sua estrutura e funcionamento, em particular em relação à expansão do quadro de funcionários.
Participação da sociedade civil	No Brasil, está sendo criado o Programa MERCOSUL Social e Participativo. Com o objetivo de divulgar políticas e iniciativas do governo relacionadas ao bloco, o país está disposto a assumir uma contribuição orçamentária diferenciada para estimular essa participação no MERCOSUL. No campo social, o Brasil pretende ainda implementar nesse semestre a sessão específica do CMC com a participação dos ministros da área social dos países, conforme Decisão 14/2008 que trata do Regulamento do CMC.
Negociações externas	O Brasil deve continuar trabalhando para a obtenção dos necessários consensos para a conclusão da Rodada Doha da OMC. Na área dos acordos regionais, a presidência *pro-tempore* dará prioridade à reativação das negociações do Acordo MERCOSUL-UE. Impulsionará também as agendas negociadoras e de diálogos com SACU, CCG, Jordânia, Marrocos, Egito, Turquia, Índia, Coréia e países da ASEAN.
América Latina e Caribe	Na América Latina, serão aprofundados os relacionamentos existentes, aperfeiçoando instrumentos e incorporando novas disciplinas. Será incentivado o estreitamento de laços políticos e econômicos com SICA (América Central) e CARICOM (Caribe). Nos dias 16 e 17 de dezembro, será realizada a "Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento", na Bahia, logo após a Cúpula do MERCOSUL.

e Desenvolvimento – logo após a Cúpula do MERCOSUL, em dezembro, confirmam essa prioridade.

AGENDA EXTERNA No dia 6 de outubro, será realizada reunião de chanceleres de países da América Latina, no Rio de Janeiro, preparatória desse evento.

O plano de trabalho da presidência *pro-tempore* brasileira no MERCOSUL na área externa inclui, ainda, um leque variado de negociações comerciais. Após o colapso das negociações da Rodada Doha e as divergências entre o Brasil e a Argentina para as negociações de produtos industriais (Nama), o cenário não está claro sobre os rumos a adotar. A eventual retomada das negociações com a UE deve evidenciar dificuldades intra-Mercosul semelhantes àquelas enfrentadas nas negociações multilaterais.

Na agenda interna do bloco, as prioridades são o cumprimento dos prazos nas negociações do Código Aduaneiro como instrumento fundamental para a eliminação da dupla cobrança da TEC e o estudo da distribuição da renda aduaneira.

O tema das assimetrias continuará na pauta, com a operação do FOCEM e com o desenho do Fundo de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Novo mecanismo de pagamento do comércio em moeda local

No dia 8 de setembro, em Brasília, na oportunidade da visita da presidente argentina ao Brasil, Cristina Fernández de Kirchner, foi assinado o Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre o Brasil e a Argentina.

Este convênio vinha sendo estudado a partir da Decisão 25/07 do MERCOSUL, que criou o sistema de pagamento em moeda local para o comércio entre os sócios. Duas importantes diretrizes foram aprovadas naquela ocasião: i) a natureza facultativa do sistema; e ii) a operacionalização do sistema via convênio bilaterais entre os bancos centrais dos países.

Com o objetivo de reduzir os custos de transação das operações comerciais e, ainda, estimular as pequenas e médias empresas a participarem do fluxo comercial bilateral, os bancos criaram um sistema em que os saldos unilaterais serão compensados diariamente. As operações podem ser entre pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede nos dois países.

OPERACIONALIZAÇÃO Os pagamentos das operações cursadas ao amparo desse sistema deverão ser efetuados em moeda local de cada um dos países e ajustados às normas vigentes sobre câmbio e movimentos de fundos provenientes do exterior e para o exterior.

Os pagamentos serão feitos por intermédio de Instituições Autorizadas. Os bancos centrais trocarão regularmente as listas de instituições credenciadas no sistema. O SML não servirá como mecanismo de cobertura de risco cambial.

As controvérsias que surjam entre as partes serão submetidas aos procedimentos do Protocolo de Olivos, que é o mecanismo de solução de controvérsias no MERCOSUL.

A Resolução do Banco Central n º 3608 do dia 11 de setembro, implementou esse sistema de pagamentos com o objetivo de possibilitar a liquidação das operações comerciais. O seu artigo 2 registra que " o SML é um sistema informatizado por meio do qual podem ser feitas transferências de fundos relativos ao recebimento de receitas de exportações brasileiras para a Argentina e ao pagamento de importações brasileiras da Argentina, em reais, e em pesos argentinos, bem como registradas as correspondentes ordens de pagamentos e realizadas as compensações devidas".

Para fins de determinação do valor em reais do pagamento da importação, a taxa de câmbio real/peso será livremente acertada entre importador e instituição autorizada nacional.

O Banco Central do Brasil fará a consolidação diária dos pagamentos e recebimentos processados ao amparo do SML com o Banco Central da Argentina, pelo seu equivalente em dólares, apurando o valor líquido a ser transferido para o banco central devedor.

lembretes

CNI organiza delegação Brasileira para o III Encontro Empresarial IBAS

O III Encontro Empresarial IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) terá lugar em Nova Delhi, Índia, entre os dias 13 e 15 de outubro deste ano. No encontro é previsto uma série de painéis de discussão setoriais como transporte, energia, tecnologia da informação, siderurgia, infraestrutura, agronegócio, dentre outros.

Durante os três dias de evento ocorrerão também reuniões com autoridades governamentais além de rodadas de negócio entre empresas brasileiras, indianas e sul-africanas.

A Unidade de Comércio Exterior da CNI está coordenando a delegação empresarial do Brasil para o evento.

SGP EUA: audiências adiadas para 2009

Foi alterado o calendário de audiências no processo de revisão dos produtos cobertos pelo Sistema Geral de Preferências dos EUA. As audiências do processo de revisão anual do SGP 2008 deverão ocorrer somente em janeiro de 2009.

O Brasil não foi afetado pela alteração. A medida afeta positivamente o grupo de países em desenvolvimento que recebeu petições de entidades americanas defendendo sua retirada do SGP. Esses países (Bangladesh, Filipinas, Iraque, Líbano, Níger, Rússia, Sri Lanka e Usbequistão) terão mais tempo para se posicionar sobre as exigências americanas de enquadramento nesse sistema preferências.

CEBEU discute nova política externa americana

Nova política externa americana é tema do Encontro Brasil – Estados Unidos que ocorreu de 8 a 12 de setembro. A nova política externa americana e a influência nas relações comerciais com Brasil foram temas debatidos no encontro do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos (Cebeu), que ocorreu em Washington, de 8 a 12 de setembro.

Ao todo, 20 empresários brasileiros se reuniram com assessores dos candidatos à presidência dos Estados Unidos e representantes do governo e de empresas do país. O objetivo foi conhecer a visão dos candidatos sobre o papel do Brasil na América Latina e no mundo e a estratégia da política comercial dos Estados Unidos nos planos multilaterais e regionais.

Além da CNI, que organizou a missão, compuseram a delegação executivos da Embraer e representantes da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo e das Federações das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de Minas Gerais (FIEMG).

INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | Unidade de Negociações Internacionais - Negint | Gerente executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Sandra Polônia Rios, Edson Velloso, Lucia Maduro e Antonio Josino Meirelles Neto | Informações técnicas: (21) 2204.9512 Supervisão gráfica: Núcleo de Editoração CNI Normalização bibliográfica: ACIND/Área Compartilhada de Informação e Documentação | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente SAC: (61) 33179989 sac@cni.org.br | SBN Quadra 01 Bloco C Ed. Roberto Simonsen Brasília, DF - CEP: 70040-903 www.cni.org.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte
| Documento elaborado com dados disponíveis até 31 de agosto de 2008.